

PRÊMIO PRIORIDADE ABSOLUTA – CNJ

I – Categoria: TRIBUNAL

II – Identificação do(s) autor(es): Tribunal de Justiça da Pernambuco | Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) – Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada (NIAE)

III – CPF/CNPJ: 11.431.327/0001-34

IV – Nome da prática: Programa ACOLHER

V – Nome do(s) responsável(is) pela implementação da prática: Desembargador Stênio José de Sousa Neiva Coêlho (Coordenador da Infância e Juventude)

VI – Endereço eletrônico do responsável:

stenio.neiva@tjpe.jus.br

stenioneiva@gmail.com

gabdes.stenio.coelho@tjpe.jus.br

VII – Equipe de implementação (nome e cargo):

Paulo André Teixeira – Analista Judiciário | Psicólogo (coordenador do NIAE)

Sâmia Lacerda – Analista Judiciário | Assistente Social

Verônica Cecília Mafra – Analista Judiciário | Psicóloga

Elaine Viana Vilar – Técnico Judiciário | Jornalista

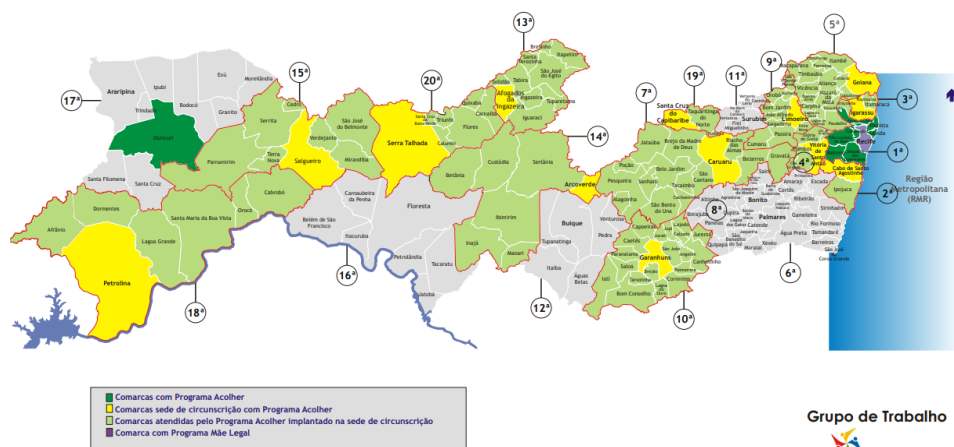
VIII – Temática: Eixo temático I – Medida Protetiva (Entrega legal de crianças para adoção, através da manifestação de interesse de mulheres grávidas ou em fase puerperal.)

IX – Área de Abrangência: Abrangência Estadual – atualmente alcança 15 (quinze) circunscrições judiciárias das 20 (vinte) que constituem o território jurisdicional do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



MAPA DO PROGRAMA ACOLHER

Tribunal de Justiça de Pernambuco



X – Introdução:

Criado em 2011, o Programa Acolher desenvolve-se a partir de quatro eixos de intervenção ou macrodesafios: articulação intersetorial, formação, atendimento e divulgação, buscando contribuir para aplicação e agilização de medidas judiciais e jurisdicionais que visem evitar a exposição de crianças recém nascidas a situações de risco, tais como, abandono, infanticídio, adoção *intuitu personae*, tráfico de pessoas (para fins de trabalho infantil, exploração sexual...), abandono (afetivo) posterior, maus tratos e outras violações de direito.

Para tanto, o programa pretende consolidar os procedimentos para assistência judiciária a mulheres grávidas ou puérperas e suas famílias quando manifestem a intenção de entregar sua criança à adoção (conforme preconizado na normativa legal), no âmbito das unidades jurisdicionais do estado de Pernambuco. Tais procedimentos (previstos nas leis nacionais e estaduais sobre o tema) são constantemente debatidos, desenvolvidos e acompanhados, por meio da implantação de um modelo de gestão participativa, que utiliza como principais metodologias a formação de instâncias gestoras e operacionais co-participativas e colaborativas, são elas: o **Grupo de Trabalho (GT)** com as Equipes Interprofissionais das Varas da Infância e Juventude de todo estado e um **Comitê Gestor (CG)**, formado por diferentes atores do Sistema de Justiça e do Poder Executivo Estadual, dentre eles: Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria da

Mulher, Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).

O Grupo de Trabalho reúne-se periodicamente a cada dois meses, compartilhando experiências, dúvidas, problemas e soluções, provenientes das ações e relações jurídicas e jurisdicionais. Enquanto o Comitê Gestor reúne-se a cada três meses para discutir e implementar ações e metodologias que permitam a ampliação e o desenvolvimento das melhores práticas e alternativas, visando atingir as metas e potencializar os resultados do programa. Dessa forma, os casos são discutidos em suas especificidades pela rede e as melhores práticas são compartilhadas para todos os integrantes do programa, nas diversas regiões do estado.

O Judiciário assumiu o protagonismo de criar uma rede estadual própria, dinâmica, autossustentável e fortalecida por meio da intersetorialidade, ou seja, as instituições atuam no limite de suas competências, mas de forma integrada com as demais, a partir de um planejamento único, compartilhado e desenvolvido de forma a considerar a transversalidade de temas e abordagens. Portanto, o trabalho da CIJ-TJPE, por meio do NIAE, consiste em assessorar e monitorar sua rede interna (GT) e a rede externa (Sistema de Justiça e Rede de Assistência, Saúde e Proteção) nas etapas de implantação, fortalecimento e implantação do serviço da chamada Entrega Legal ou Entrega Responsável. A rede do Programa Acolher foi formalizada por meio de um termo de cooperação técnica (convênio nº 18/2012), para a implantação e implementação do programa em Comarcas do Estado de Pernambuco e instituições que constituem o Comitê Gestor do Programa.

Desde sua criação o Programa Acolher atendeu 134 casos, em 88 deles (65%), a criança permaneceu em sua família de origem ou extensa, enquanto 42 crianças foram encaminhadas para adoção (31%). Quatro casos encontram-se em fase de acompanhamento. Atualmente, Grupo de Trabalho e Comitê Gestor estão unidos na elaboração de um plano de divulgação e nas ações para melhoria do atendimento à mulher que possam abranger todas as regiões geopolíticas do território pernambucano.

Em 2011, quando surgiu, o programa atendia 04 (quatro) comarcas, cinco anos depois (2016), eram 11 (onze). Atualmente, o Acolher está instalado em 23 (vinte e três) comarcas com varas especializadas em infância e juventude, que articulam-se, por meio do Grupo de Trabalho, e mobilizam as redes locais como apoio do Comitê Gestor. Das 20 (vinte) circunscrições judiciárias do estado, em 15 (quinze) o programa está presente. O programa está implantado em todas as comarcas que possuem unidades jurisdicionais especializadas

em infância e juventude no estado de Pernambuco, exceto apenas a recém criada Vara Regional de Infância e Juventude de Paudalho e comarca da capital, onde atua o programa Mãe Legal.

XI – Público-alvo da prática:

Público Direto: Magistrados e equipes interprofissionais (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) das varas da infância e juventude do TJPE, operadores do Direito na área da Infância e Juventude do Sistema de Justiça de Pernambuco; técnicos e gestores das redes estaduais de proteção, assistência e saúde.

Beneficiários indiretos: Bebês recém-nascidos, mulheres e famílias que realizem a entrega legal de crianças para adoção.

XII – Objetivos e metas:

Objetivo Geral: Contribuir para aplicação e agilização de medidas judiciais e jurisdicionais que visem evitar a exposição de crianças recém nascidas a situações de risco, tais como, abandono, infanticídio, adoção *intuito personae*, tráfico de pessoas (para fins de trabalho infantil, exploração sexual...), abandono (afetivo) posterior, maus tratos e outras violações de direito.

Objetivo específico: Consolidar os procedimentos para assistência judiciária a mulheres grávidas ou puérperas e suas famílias quando manifestem a intenção de entregar sua criança à adoção (conforme preconizado na normativa legal), no âmbito das unidades jurisdicionais do estado de Pernambuco.

Metas:

1. Implantação do serviço de Entrega Responsável (entrega legal) nas unidades jurisdicionais do estado de Pernambuco especializadas em infância e juventude.
2. Aprimoramento e sistematização dos procedimentos relativos à entrega legal no âmbito do Judiciário Pernambucano;

3. Consolidação e fortalecimento do fluxo de atendimento à mulher/família doadora da criança, compreendendo a assistência jurídica, judicial, social, e à saúde física e mental da mulher/família e da criança;
4. Divulgação das determinações legais para a Entrega Responsável de crianças recém-nascidas, bem como dos serviços de atendimento (portas de entrada) e encaminhamentos da mulher e da criança, junto a gestores e operadores (servidores/técnicos) do sistema de justiça e das redes estaduais de saúde, da assistência social, da proteção à infância, instituições comunitárias e sociedade civil organizada, nas comarcas onde o programa esteja consolidado;
5. Divulgação das determinações legais para a Entrega Responsável de crianças recém-nascidas, bem como dos serviços de atendimento (portas de entrada) e encaminhamentos da mulher e da criança, junto a sociedade civil, nas comarcas onde o programa esteja consolidado.

XIII - Desenvolvimento da prática

Ver documento anexo